

Quem fala sobre a ditadura nos jornais? Reflexões sobre as fontes de informação jornalísticas

Who talks about dictatorship in the news media? Reflections on the journalistic information sources

Fernanda Nalon Sanglard¹

Teresa Cristina da Costa Neves²

Resumo: O artigo analisa a cobertura jornalística sobre a ditadura no período de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade e de outras comissões de âmbito regional. O principal objetivo é verificar quais fontes de informação tiveram espaço na cobertura e identificar se as comissões da verdade impactaram nesse processo. São analisadas as citações entre aspas veiculadas em conteúdos noticiosos por sete veículos de mídia – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Carta Capital, rádio CBN, TV Globo e G1 – entre julho de 2012 e dezembro de 2014.

Palavras-chave: ditadura; jornalismo; fontes de informação; comissões da verdade.

Abstract: This paper analyzes journalistic coverage of the Brazilian dictatorship during the term of National Truth Commission and other local truth commissions. The main goal is to verify which journalistic information sources have had presence in the media coverage and to identify the impact of truth commissions in that process. The quotations of sources published by seven Brazilian media outlets (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Carta Capital, CBN, TV Globo and G1) between July 2012 and December 2014 are analyzed.

Keywords: dictatorship; journalism; journalistic information sources; truth commissions.

1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-4335-7926>. E-mail: nandanalon@yahoo.com.br

2 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, MG, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-1714-8189>. E-mail: teneves@terra.com.br

Introdução

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi estabelecida entre 2012 e 2014 no Brasil com o propósito de investigar os crimes cometidos por agentes da ditadura militar (1964-1985). Seus atributos eram reunir documentos, encontrar provas materiais, coletar depoimentos, realizar oitivas e elaborar um relatório final com as conclusões dos trabalhos e as recomendações para mitigar danos e prevenir novas violações.

Para isso, a CNV precisou desenvolver um trabalho de mobilização social, tanto para garantir o apoio da militância dos direitos humanos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos quanto para alcançar outros estratos sociais que ignoravam ou conheciam mal o período investigado. Esse trabalho envolveu a tarefa de se comunicar com a sociedade tanto por meios diretos (fazendo uso de mídias sociais, propaganda governamental, audiências públicas) quanto pela mediação do jornalismo.

Sabendo-se que as narrativas jornalísticas não são construídas apenas pelas escolhas textuais e imagéticas, sendo também elaboradas a partir da seleção das fontes de informação e da edição das falas a serem utilizadas, este artigo pretende compreender quais fontes foram privilegiadas no noticiário sobre a ditadura durante o funcionamento da CNV. Parte-se do pressuposto de que a escolha das fontes e do que elas dizem é sempre uma decisão política. Será testada a hipótese de que, durante o funcionamento da CNV e de outras comissões de âmbito regional e local, o discurso produzido por elas foi privilegiado nos principais veículos jornalísticos brasileiros como narrativa oficial acerca do período ditatorial.

Fontes como instrumento político

Na escolha das falas dos entrevistados a serem incorporadas ao material jornalístico, há algo em jogo que vai além das justificativas corriqueiras baseadas na ideia de interesse público e no *ethos* jornalístico. Conforme pontua Flávio Agnelli (2008), a escolha das fontes (e também do que elas dizem) preanuncia a orientação que a narrativa seguirá.

Tal seleção envolve uma série de questões, como demonstrou Gaye Tuchman (1978), para quem as notícias são narrações de realidades possíveis e, portanto, uma construção escolhida e editada. Ao abordar os aspectos estruturais que envolvem as ideologias e as rotinas de produção dos jornalistas, a autora dá pistas de como tais escolhas são feitas, demonstrando que os profissionais da imprensa estão sujeitos a constrangimentos práticos – de tempo, recursos e acesso às fontes – e ideológicos – política editorial e posicionamento político do veículo e do profissional.

Manuel Pinto (2000) diz ser necessário analisar a relação com as fontes num quadro vasto e complexo que indique as dinâmicas internas ao campo jornalístico e também as convergências e conflitualidades decorrentes da interação no sistema social.

As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados [...]. Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua atividade a partir de estratégias e com táticas bem determinadas. E, se há notícias, isso deve-se, em grande medida, ao fato de haver quem esteja interessado que certos factos sejam tornados públicos (PINTO, 2000, p. 278).

Todavia, Herbert Gans (1979) menciona a tendência do jornalismo de garantir preferência às fontes oficiais em detrimento das pessoas comuns. Traquina (2008) reitera que algumas fontes são favorecidas no processo de produção da notícia: quanto mais alta é a posição do informante, maior é a tendência de que seja considerado uma boa fonte de informação. Essa lógica indica que há pessoas autorizadas a falar sobre determinado tema e outras não.

Considerando a interdependência entre jornalistas e formadores de opinião, bem como o fato de que nem todas as fontes são iguais na sua capacidade de ter acesso aos meios de comunicação, Traquina (2008) compreende a mídia como um bem “estratificado socialmente”. Segundo ele, foi a compreensão sobre a dependência dos “canais de rotina” que levou Michael Schudson a descrever o processo de produção das

notícias como uma questão de representantes de uma burocracia utilizando notícias pré-fabricadas por representantes de outra burocracia.

Procedimento metodológico

Neste artigo, recorre-se à análise de conteúdo³ como procedimento metodológico-analítico. O *clipping* noticioso produzido pela assessoria da CNV com matérias jornalísticas sobre a ditadura foi utilizado para se ter acesso ao material a ser analisado: 8.422 narrativas jornalísticas sobre a ditadura veiculadas entre julho de 2012 e dezembro de 2014 em mais de 60 veículos noticiosos.

Foram selecionadas as narrativas divulgadas pelos veículos do *mainstream* jornalístico que mais cobriram o tema no período analisado, optando-se por incluir três jornais impressos, uma revista impressa semanal, uma rádio, uma emissora de TV e um portal de internet: os diários *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, a revista *Carta Capital*, a rádio *CBN*, a *TV Globo* e o portal *G1*.

Essa providência, conjugada ao método da semana composta,⁴ permitiu construir uma amostra com 404 narrativas jornalísticas referentes a esses veículos. Os artigos de opinião e editoriais foram excluídos desta análise, já que o propósito era identificar as fontes acionadas pelos profissionais da imprensa e utilizadas em seus textos noticiosos. A unidade de registro analisada não foi a notícia, mas a citação direta (entre aspas) das fontes. Identificou-se, então, o total de 807 citações entre aspas de fontes de informação referenciadas pelos repórteres, entre as quais 226 publicadas por *O Globo*, 191 pela *Folha de S. Paulo*, 169 por *O Estado de S. Paulo*, 87 pela *TV Globo*, 82 pelo *G1*, 44 pela *Carta Capital* e oito pela *CBN*.

Essas 807 falas também foram classificadas conforme o tipo de fonte. Entre as distintas classificações de fontes jornalísticas, foram eleitas, para as finalidades deste estudo, aquelas de três naturezas, conforme coligido por Nilson Lage (2003): oficiais, testemunhais e *experts*.

3 Ver Krippendorff (1990), Hansen et al. (1998) e Bardin (2008).

4 Ver Hansen et al. (1998).

As primeiras são “mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado [...]; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc.” (LAGE, 2003, p. 62-63). As fontes testemunhais (“personagens”, no jargão jornalístico) se distinguem pelo caráter emotivo e perspectivo de seus relatos, que revelam alguma experiência ou vivência capaz de contribuir para ilustrar o que é contado pelo repórter. Já os *experts* ou especialistas se prestam a fornecer pontos de vista e análises de fatos e suas repercussões com base em conhecimento perito e experiência profissional (LAGE, 2003).

Entre as fontes oficiais, foram identificadas na análise a CNV, os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como demais instituições públicas ou de interesse público e seus representantes. Foram consideradas testemunhais as vítimas (ou os resistentes) do regime autoritário e seus familiares, as pessoas que vivenciaram o período e os violadores. Entre os *experts* se incluíram historiadores, jornalistas, economistas e demais profissionais que se especializaram no período ditatorial ou em temas correlatos, assim como advogados de vítimas da ditadura e de perpetradores, organizações não governamentais⁵ e movimentos sociais voltados para a defesa dos direitos humanos.

As vozes que ecoam

A verificação de cada citação contida nos registros jornalísticos permite afirmar que as fontes mais valorizadas são as oficiais. Das 807 citações, 395 são provenientes delas, o que representa 49% do total analisado. Entre elas, as comissões da verdade são as que mais se destacam, tendo sua voz pronunciada 173 vezes (21,5% do total de citações) em 106 das 404 notícias sobre a ditadura.

Há diversos tipos de referência às comissões, que envolvem trechos de notas oficiais e de entrevistas dos comissários, falas de seus pesquisadores

5 As ONGs são consideradas por Nilson Lage (2003) como fontes independentes. Contudo, por acreditar, assim como Traquina (2008), que não existem fontes desinteressadas e por considerar, nesse caso, que as ONGs e outros movimentos sociais que atuam no âmbito dos direitos humanos têm expertise no assunto, optamos por tratá-las como fontes especializadas, já que são convocadas a se posicionar em razão do conhecimento de causa que detêm.

ou respostas oficiais da assessoria. Uma das citações, extraída do portal *G1*, se refere à fala do policial federal Daniel Lerner, que atuou como assessor da CNV. Sobre as investigações para identificação do corpo de Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido no Maranhão, ele explica: “Fizemos uma exumação em Brasília e agora viemos para a região dar continuidade ao trabalho”.⁶

Outro exemplo de citação oficial ocorre em notícia do *Estadão* em que a presidenta Dilma Rousseff retruca o diplomata brasileiro Eduardo Saboia, que comparou a situação vivida por um asilado político na embaixada do Brasil em La Paz, na Bolívia, em 2013 com a de presos políticos na época da ditadura. A fala é emblemática: “Não há nenhuma similaridade. E eu estive no DOI-Codi. Eu sei o que é o DOI-Codi. E asseguro a vocês: é tão distante o DOI-Codi da embaixada brasileira lá em La Paz, como é distante o céu do inferno. Literalmente, isso”.⁷

Apesar de ter sido acionada como fonte oficial, autorizada a falar sobre assuntos de política externa, nessa citação específica e em outras circunstâncias, a figura da presidenta comporta ambiguidade, visto que ela foi vítima da ditadura e se baseou na experiência pessoal para falar de uma questão de Estado. Nesse caso, é tanto fonte oficial quanto testemunhal.

Dilma Rousseff foi a quarta fonte oficial mais mencionada pelos veículos de comunicação pesquisados (ver Quadro 1), num total de 26 vezes (3,2%) na amostra analisada. Ainda que não tenha se referido com recorrência ao seu histórico pessoal, em datas significativas, como as da instalação e do encerramento da CNV e a dos 50 anos do golpe de 1964, observou-se que sua experiência de vida foi valorizada.

6 Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/10/comissao-da-verdade-realiza-audiencias-em-porto-franco-ma.html>. Acesso em: 8 jan. 2017.

7 Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,doi-codi-e-tao-distante-da-embaxada-quanto-o-ceu-do-inferno-diz-dilma,1068368>. Acesso em: 8 jan. 2017.

Quadro 1 – Detalhamento das fontes acionadas conforme a frequência das citações

Fontes		Frequência	Porcentagem (%)
Oficiais	CNV	120	14,9
	Outras comissões da verdade	53	6,6
	Ministérios/ministros	27	3,3
	Dilma Rousseff	26	3,2
	Ministério Público Federal	23	2,9
	Judiciário	19	2,4
	Clube Militar	16	2,0
	Entidades internacionais (ONU, embaixadas etc.)	16	2,0
	Deputados	11	1,4
	Prefeituras e governos estaduais	7	0,9
	Forças Armadas	7	0,9
	OAB	7	0,9
	Polícias	7	0,9
	Senadores	6	0,7
	Comissões e órgãos oficiais de defesa dos direitos humanos	4	0,5
Outras fontes oficiais	46	5,7	
Especializadas	Historiador	34	4,2
	Jornalista	30	3,7
	Advogado/jurista	21	2,6
	Economista	21	2,6
	Pesquisador/estudioso de outras áreas	20	2,4
	ONGs e movimentos sociais	13	1,6
	Integrante das Forças Armadas (pronunciando pessoalmente)	3	0,4
	Outras fontes especializadas	51	6,3
Personagens	Vítima/resistente	80	9,9
	Familiar de vítima	42	5,2
	Testemunha	32	4,0
	Perpetrador/suspeito de violação	28	3,5
	Manifestantes	7	0,9
	Militar da reserva (pronunciando individualmente)	5	0,6
	Outros personagens	17	2,1
	Outras fontes	8	1,0
	Total	807	100,0

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que as comissões da verdade e seus integrantes assumiram a postura de voz autorizada para se pronunciar a respeito do tema ditadura, sendo acionadas com mais frequência pelos jornalistas do que outras fontes oficiais. Os integrantes da CNV com mais citações entre aspas publicadas foram Pedro Dallari (26 vezes), José Carlos Dias (23) e Rosa Cardoso (20). Outras fontes da CNV foram acionadas, mas nem sempre tiveram falas citadas entre aspas. Ao todo, foram contabilizadas 120 citações de integrantes da CNV e seus assessores (15% do total). Já as comissões estaduais ou locais da verdade se pronunciaram 53 vezes (6,6%).

No caso das comissões circunscritas a estados ou municípios, as principais fontes foram Wadih Damous, da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), e Gilberto Natalini, da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, de São Paulo. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” também foi referenciada, porém as fontes variaram entre o deputado estadual Adriano Diogo (PT) e o ex-prespo político Ivan Seixas, que presidiram o colegiado.

Os resultados permitem confirmar que as vozes acionadas pelo jornalismo na cobertura da ditadura entre julho de 2012 e dezembro de 2014, período no qual a CNV estava em funcionamento, privilegiaram o discurso oficial. Todavia, houve um deslocamento no tipo de fonte oficial que ganhou mais voz, visto que, em outros momentos, a narrativa oficial concentrou-se nas Forças Armadas ou em representantes dos três poderes e das polícias. Pelo menos três razões permitem avaliar tal variação como positiva: (1) tais comissões são consideradas órgãos de Estado, com autonomia para propor recomendações e investigar as violações praticadas por esse mesmo Estado; (2) comissões da verdade costumam ter, entre seus integrantes, pessoas que resistiram à repressão e que, portanto, testemunharam o processo autoritário, o que atribui às fontes oficiais a autoridade do testemunho; (3) as investigações das comissões envolvem trabalhos de pesquisadores que subsidiaram a narrativa oficial a partir de dados extraídos de seus estudos, o que introduz no relato das fontes oficiais conteúdos especializados.

Cabe ainda destacar que, por ter integrado uma série de políticas pela memória e verdade inauguradas à época pelo governo federal e ter sido criada como um órgão de Estado, a CNV pôde se pronunciar em nome dele, difundindo um discurso em sintonia com as políticas de direitos humanos do governo naquele momento.

Quadro 2 – Frequência de citações entre aspas por tipo de fonte

Fonte	Frequência	Porcentagem*
Oficial	395	49%
Testemunhal	211	26%
<i>Expert</i>	193	24%
Outras	8	1%

Fonte: elaboração própria.

*Valores arredondados

Apesar de a maioria das citações entre aspas advir das fontes oficiais, se considerarmos separadamente as menções daqueles que falam em nome das comissões, é possível observar que a cobertura foi quantitativamente equilibrada nesse aspecto (27,5% das citações são de fontes oficiais tradicionais; 26% de testemunhais; 24% de fontes especializadas; e 21,5% de representantes das comissões da verdade).

É pertinente ainda observar que, ao analisar separadamente os tipos de fontes oficiais e testemunhais, o número de citações referentes à CNV (15% do total) foi maior até mesmo que o número de vítimas que tiveram seus relatos divulgados (10%). Isso demonstra que as comissões da verdade passaram a assumir, ao menos naquele momento, o lugar de principais narradoras do período autoritário, sendo autorizadas a falar em nome do Estado e de quem testemunhou o episódio histórico, manifestando-se como autoridade no tema. Portanto, cabe a avaliação de que as comissões, mais do que assumirem o espaço convencionalmente exercido por políticos e funcionários públicos de alto escalão nos veículos de comunicação, também se expressaram em diversas situações “em nome” das vítimas e como fontes especializadas (quando os

pesquisadores das comissões tiveram voz). Ainda que muitas outras vozes tenham sido acionadas na cobertura, elas não predominaram tanto quanto as das comissões.

Entre as fontes oficiais, o Poder Legislativo (2% das citações) sobressaiu pouco em relação às citações dos poderes Executivo (7,5%) e Judiciário (5,5%). Ainda que algumas comissões tenham sido criadas no âmbito de casas legislativas – como a “Rubens Paiva” – e, por isso, parlamentares que as compunham tenham sido ouvidos pelos jornalistas, eles foram acionados pelo fato de integrarem uma comissão da verdade – que difere em objetivo e atuação das tradicionais comissões parlamentares.

Entre as fontes oficiais, as menos recorrentes foram os militares, provavelmente devido à postura das Forças Armadas de evitar se pronunciar sobre os trabalhos das comissões, de não colaborar com as investigações e de não assumir formalmente que suas instalações serviram para práticas abusivas e violações de direitos no período ditatorial.

Juntos, os pronunciamentos das Forças Armadas e do Clube Militar (associação de direito privado sem fins lucrativos constituída pela associação de militares da Marinha, do Exército, da Força Aérea e seus dependentes) representam 3% do total de citações. Já as falas de militares em atuação ou da reserva de forma individual e independente das corporações ocorreram em 1% do material.⁸ É sintomático ainda que os militares da reserva (por meio do Clube Militar ou de forma independente) tenham se pronunciado mais do que as Forças Armadas oficialmente, sempre adotando postura crítica em relação às comissões e de defesa da instituição, com ênfase na justificativa dos atos da corporação e de seus integrantes. As violações costumam ser vistas como “excessos” e não como prática sistemática do período autoritário por esses militares que optaram pelo “ataque” às comissões.

8 A baixa incidência não significa necessariamente o silenciamento dessas vozes nos veículos jornalísticos. É admissível a hipótese de que, deliberadamente, essas manifestações tenham se deslocado para espaços opinativos dos periódicos impressos, nos quais permaneceram mais resguardadas do confronto direto com opiniões divergentes.

Em um dos momentos da cobertura, registros jornalísticos abordaram o embate entre tais grupos e as comissões. A consideração do presidente do Clube de Aeronáutica, brigadeiro Ivan Frota, que considerou a CNV como “uma afronta à verdade”,⁹ publicada pelo *Estado de S. Paulo*, é um exemplo.

Na mesma notícia, é dito que, durante cerimônia que marcava os 50 anos do golpe civil-militar, realizada a “portas fechadas” e distante do Centro do Rio de Janeiro para evitar chamar atenção de críticos, o presidente do Clube Naval, almirante Paulo Frederico Dobbin, alegou haver “quase um massacre a um episódio da história que foi a participação dos militares [...]. Nosso poder de comunicação é ínfimo diante da mídia, mas será a briga de Davi e Goliás. A contrapropaganda é o que nos resta”.

Em uma das raras falas oficiais por parte das Forças Armadas, repercutida em vários jornais devido ao encerramento dos trabalhos da CNV, em dezembro de 2014, o então comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, afirmou que a CNV “cumpriu o papel dela. Fez um relatório sobre o qual nós ainda não tivemos oportunidade de nos debruçar”.¹⁰ Depois do episódio e de tempo suficiente para estudar o documento, nada mais foi dito.

A percepção de Dobbin – de que os meios de comunicação passaram a divulgar outras interpretações dos episódios históricos e de que a versão antes defendida pelas Forças Armadas não tem mais a ressonância social almejada – contradiz, em princípio, a postura oficial da corporação de se “calar”. Contudo, ela demonstra também que a estratégia de não se pronunciar ou de conceder respostas rasas é, na verdade, um ato de protesto. Diante das demandas das comissões e dos jornalistas sobre episódios investigados, as Forças Armadas optaram por estabelecer relação “diplomática”, sem, contudo, contribuir de fato.

9 Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-evitar-protestos-militares-celebram-golpe-longe-do-centro-do-rio,1147415>. Acesso em: 9 jan. 2017.

10 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/comandante-da-marinha-comissao-da-verdade-cumpriu-papel-dela-14817117> e em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cnv-cumpriu-papel-e-relatorio-sera-analisado-diz-comandante-da-marinha,1606074>. Acesso em: 9 jan. 2017.

A proibição por parte do comandante do Exército, general Enzo Peri, de que os quartéis colaborassem com investigações sobre as violências praticadas em suas dependências durante a ditadura tomou proporções quando a CNV e o Ministério Público Federal (MPF) se deram conta do ato. O procurador da República Sérgio Suiama considerou “lamentável que o comando atual do Exército de um Estado Democrático de Direito esteja tão empenhado em ocultar provas e proteger autores de sequestros, torturas, homicídios e ocultações de cadáver”.¹¹

Os relatos testemunhais

O detalhamento das citações por tipo de fonte acionada demonstra ainda que, apesar de terem recebido menos espaço do que as fontes oficiais, vítimas e resistentes da ditadura, bem como seus familiares, ocupam a segunda posição se for considerado cada tipo de fonte em separado.

As vítimas e seus parentes estão representados em 122 citações entre aspas, o que significa cerca de 15% da amostra analisada. O número fica atrás apenas das citações das comissões da verdade, que ocorrem, conforme mostrado, 173 vezes (21% dos casos).

As reportagens com foco nas vítimas, em geral, buscam demonstrar a dor e o sofrimento por elas vividos e também a luta dos familiares em busca de direitos e justiça. Ainda que o enquadramento prioritário de algumas dessas reportagens tenha sido temático, voltado para as ações e investigações das comissões ou para a contextualização histórica, elas verbalizam o testemunho das vítimas.

Esse foi o caso de reportagem do *GI* focada na contextualização histórica e publicada por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964. Ao resgatar as recordações de mulheres catarinenses vitimadas pela ditadura que encontraram na militância uma forma de ajudar a preservar a memória do período, a repórter Janara Nicoletti destaca a fala de uma personagem, Derlei Catarina de Luca, que narra como foi sua tortura: “A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no

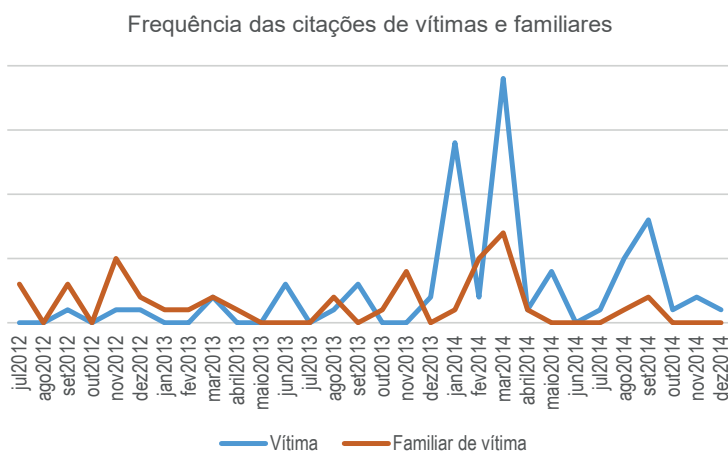
11 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/anos-de-chumbo-comandante-impoe-silencio-ao-exercito-13690198>. Acesso em: 9 jan. 2017.

pau-de-arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido. Quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar [...]” (NICOLETTI, 2014).

Além de relatos dramáticos, as citações testemunhais também mencionaram episódios em que os resistentes conseguiram se safar da perseguição, como demonstra a fala de José Maria Rabelo – que era dono do jornal *Binômio* na época do golpe – em reportagem¹² do telejornal *Bom Dia Brasil*, da TV Globo. “Eles foram me deter no dia 29, às 11h. [...] Enquanto eles subiram por um dos elevadores do prédio, eu descia pelo outro. O porteiro disse: ‘Seu Zé Maria, cai fora porque os homens estão te procurando’. Eu digo que esse foi o conselho mais sábio que eu recebi na minha vida”.

Quando a frequência da utilização de citações de vítimas e familiares é observada mês a mês (Gráfico 1), torna-se nítida a maior concentração em março de 2014, mês em que a maioria das séries especiais sobre os 50 anos do golpe foi editada.

Gráfico 1: Variação da quantidade de citações de vítimas e familiares por mês



Fonte: elaboração própria.

12 Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/03/nova-geracao-de-brasileiros-conhece-ditadura-pelas-historias-de-familia.html>. Acesso em: 9 jan. 2017.

Por conta dessa efeméride, todos os veículos analisados privilegiaram, em variadas circunstâncias, as vozes daqueles que vivenciaram a ditadura e sofreram suas consequências. O jornal *O Globo*, por exemplo, publicou uma série de depoimentos de artistas vítimas do regime autoritário.

Um dos objetivos de se explorar as fontes testemunhais de um episódio com tamanha distância temporal é permitir que revisitem suas memórias e narrem detalhes que, em outros momentos, podem ter evitado mencionar. Nota-se que, no cinquentenário do golpe, o aspecto do sofrimento humano foi valorizado na cobertura.

Dar voz aos artistas foi a opção da reportagem¹³ de Mônica Sanches veiculada no *Jornal Hoje*, da TV Globo, em que se colocou em pauta a vivência sob censura e o recurso de protestar pelas entrelinhas, pelos não ditos.

Além das vítimas de violência física, persecutória e da censura, os familiares de mortos e desaparecidos políticos também mereceram espaço na cobertura como fontes testemunhais. Suas falas representaram mais de 5% do total. Contudo, justamente aqueles que seriam a principal razão para que persistam as investigações sobre o período receberam proporcionalmente menos espaço do que algumas modalidades de fontes oficiais. Isso não quer dizer que foram preteridos, mas pode indicar outras possibilidades, como a dificuldade de alguns em falar sobre o sofrimento, a carência de reportagens jornalísticas investigativas que encontrem essas fontes ou o fato de que muitos familiares são igualmente vítimas diretas do autoritarismo, como é o caso de Ivan Seixas. Ele foi preso aos 16 anos no DOI-Codi de São Paulo junto com seus familiares e ouviu de uma sala próxima os gritos do pai nas sessões de tortura que o levariam à morte. Fonte frequentemente acionada pelos jornalistas, Seixas se tornou militante da causa, colaborou com os trabalhos das comissões da verdade e, por isso, serve de exemplo de fonte duplamente testemunhal e oficial: foi citado tanto como vítima e familiar de mortos

13 Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/03/artistas-relembrem-repressao-e-censura-na-epoca-da-ditadura-militar.html>. Acesso em: 15 dez. 2016.

e desaparecidos quanto como coordenador da comissão “Rubens Paiva” de São Paulo.

O mesmo ocorreu com Maria Amélia Teles, conhecida como Amelinha. Em 1972, enquanto militava no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi presa, junto com o marido, na Operação Bandeirante (Oban). Seus filhos, Edson e Janaína, na ocasião com quatro e cinco anos, foram sequestrados e levados para assistirem às sessões de tortura dos pais. Toda a família tem histórico de militância na defesa dos direitos humanos, sendo que Amelinha integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e foi assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Por conta desse histórico de sofrimento e engajamento político, Amelinha foi ouvida em algumas circunstâncias como vítima, como na reportagem¹⁴ de *O Globo* na qual ela indica um dos nomes de quem a torturou: “[Aparecido Laertes] Calandra, que tinha o codinome de Capitão Ubirajara, me torturou de maneira física e psicológica [...]” Já como militante ou fonte oficial, Amelinha costumava ser ouvida por conhecer a fundo o sistema de repressão e pela sinceridade, que fez com que não poupasse críticas ao funcionamento da CNV, como demonstra esta citação em notícia do *GI*:¹⁵ “A gente já vinha preocupado também com o fato de as audiências [da CNV] serem sigilosas. Entendemos que o princípio da transparência exige publicidade de todas as audiências porque a construção da verdade é coletiva”.

No caso específico dos familiares, foram especialmente acionados os parentes das vítimas de casos emblemáticos, como os netos de João Goulart, os filhos de Rubens Paiva e a esposa e o filho de Vladimir Herzog.

Enquanto *GI*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* foram os que mais publicaram citações de fontes oficiais (cerca de 50% das citações nos três casos), o noticiário da *TV Globo* garantiu mais voz ao testemunho das personagens. Já o jornal *O Globo*, apesar de também ter

14 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-convocara-acusado-de-tortura-10190253>. Acesso em: 15 dez. 2016.

15 Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/ex-ministro-reconhece-falhas-em-comissao-nacional-da-verdade.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

valorizado mais as fontes oficiais, distribuiu melhor o espaço destinado a elas, tendo publicado quase 30% das citações entre aspas provenientes de fontes especializadas e aproximadamente o mesmo percentual proveniente de fontes testemunhais.

Quadro 3 – Cruzamento da quantidade de citações por tipo de fonte e veículo

Totais	Porcentagem das citações por veículo						
	<i>Carta Capital</i>	Rádio CBN	<i>O Estado de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i>	G1	<i>O Globo</i>	<i>TV Globo</i>
Fontes oficiais	40,9%	25%	50,9%	52,9%	53,7%	38,5%	32,2%
Fontes especializadas	18,2%	50%	16,6%	26,2%	26,8%	27,9%	20,7%
Fontes testemunhais	22,7%	25%	21,3%	16,2%	19,5%	29,6%	56,3%
Outras ¹⁶	18,2%	0	11,2%	4,7%	0	4%	0

Fonte: elaboração própria.

A surpresa nesse caso foi a revista *Carta Capital*. Por se autoafirmar veículo de esquerda, que tenderia a valorizar a voz dos resistentes em relação ao discurso oficial, imaginava-se que as vítimas e seus parentes ganhariam mais espaço nas narrativas, o que não ocorreu no material analisado. Nesse caso, o espaço concedido às fontes oficiais pode se justificar pelo fato de a revista se alinhar às temáticas programáticas dos governos petistas.

Já o número de citações na rádio CBN foi considerado, porém representa resultado inexpressivo (apenas oito citações) diante do *corpus* de 807 menções entre aspas. Isso se deve ao fato já mencionado de haver menor quantitativo de material referente à rádio do que às outras mídias e também à característica percebida, nessa cobertura da CBN, de o

16 “Outras fontes” são, na verdade, informações extraídas de documentos da ditadura (processos, inquéritos, relatórios e trocas de correspondência oficial), além de trechos de jornais da época.

assunto ser, em geral, apresentado e discutido por comentaristas, nem tanto em notícias e reportagens.

As fontes especializadas

A cobertura também lançou mão de fontes especializadas – principalmente historiadores, jornalistas, economistas e advogados – para discutir a temática. Suas citações foram acionadas 193 vezes ou 23,9% dos casos. Entre os historiadores que ajudaram na construção das narrativas jornalísticas sobre a ditadura estão os professores da Universidade Federal Fluminense Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Fico. Os três são *experts* no assunto e suas entrevistas foram usadas como relatos de autoridade para analisar fatos e desdobramentos em reportagens de contextualização histórica: “[...] Houve uma operação militar de um golpe, mas também houve um golpe do Poder Legislativo ao depor [João] Goulart, estando em território nacional. E, logo depois, o [senador] Áureo Moura Andrade empossa na Presidência da República o [deputado] Ranieri Mazzilli [...]”, diz, por exemplo, Jorge Ferreira em reportagem do *Jornal Nacional*.¹⁷

Em outras circunstâncias, os historiadores foram chamados a comparar os processos históricos brasileiros com o próprio funcionamento da CNV. Em entrevista ao *Estadão*,¹⁸ o historiador americano Kenneth Serbin afirma que “as comissões da verdade chegaram tarde demais (ao Brasil). Deveriam ter sido feitas nos anos 90. Com o tempo, o povo começa a esquecer o que foi o regime militar”. Já a historiadora e professora da UFRJ Maria Paula Araújo avaliou, na *Folha*, que “a justiça de transição no Brasil deu ênfase à questão da reparação, em detrimento de outros aspectos, como a verdade e a justiça” (BRITTO, 2013).

17 Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/03/golpe-militar-de-1964-completa-50-anos-relembre.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

18 Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,oficio-indica-que-reitoria-da-usp-ajudava-a-repressao,1077031>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Majoritariamente, as citações dos historiadores fortalecem o entendimento segundo o qual é necessário rever algumas das versões fixadas socialmente sobre os fatos históricos e questionar as narrativas remanescentes que ainda valorizam o autoritarismo ou minimizam seu impacto. É possível considerar que as narrativas jornalísticas que privilegiaram essas fontes contribuem para propor outros olhares sobre a ditadura, o que, ao lado dos testemunhos, enriquece o repertório e incentiva uma postura mais crítica, ainda que esse aspecto possa não ser o observado nas coberturas cotidianas.

Esses olhares mais analíticos são estimulados também pela “onda” de atividades e discussões promovidas pela sociedade civil e, especialmente, pelos movimentos sociais na esteira das atividades das comissões. Na já citada reportagem de *O Globo*,¹⁹ a historiadora Pilar Lacerda, professora da UFMG, reconhece esse emaranhado de novas interpretações e realizações em prol das memórias traumáticas: “Esse momento que o Brasil vive de rever a ditadura nos entusiasmou [...]. A gente acha que um festival tem a obrigação de trazer novas abordagens [...]. A gente quer mais do que é inédito, do que foi silenciado”.

A citação de Pilar, relativa à escolha do tema do Festival de História de Diamantina em 2013, robustece a ideia de que, quando há políticas públicas de memória, elas incentivam práticas culturais sobre temas específicos, como a ditadura. No período de funcionamento da CNV, integrantes de movimentos sociais, ONGs, cineastas e outros artistas foram acionados pelos jornalistas como fontes especializadas para falar de manifestações culturais organizadas nesse sentido.

As notícias mostram que não faltaram protestos, exposições fílmicas, peças de teatro e lançamentos de livros para debater o tema do autoritarismo. É o caso de reportagem²⁰ do caderno de moda *Ela*, publicado por *O Globo*, em que são acionados como fontes historiador de moda, estilista e familiar de vítima para falar de uma exposição lançada em 2014

19 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/festival-de-diamantina-mostrara-otica-dos-derrotados-8103237>. Acesso em: 8 dez. 2016.

20 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/ela/moda/trabalho-de-zuzu-angel-estilista-do-desfile-protesto-volta-cena-nos-50-anos-do-golpe-militar-16951260>. Acesso em: 20 jan. 2017.

sobre a trajetória artística e política de Zuzu Angel, vítima da ditadura morta na década de 1970 e mãe do desaparecido político Stuart Angel.

Contudo, apesar de muitos registros jornalísticos sobre manifestações em favor da lembrança da ditadura, em geral, tais temas foram tratados de forma episódica na cobertura. Quando enquadrados de modo temático, privilegiaram o uso de citações das fontes oficiais e especializadas em detrimento de integrantes de movimentos sociais independentes, organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos e manifestantes, cujas citações identificadas correspondem apenas a 2,5% do total.

Conclusão

O estudo comprovou a hipótese de que as fontes oficiais são privilegiadas, à exceção da *TV Globo*, que deu preferência às narrativas testemunhais. Todavia, mesmo recorrendo majoritariamente ao discurso oficial, tais veículos divulgaram, durante o funcionamento da CNV, narrativas portadoras de novos ângulos de abordagem sobre o período da ditadura, tendo sido as comissões da verdade e seus integrantes as principais fontes dos jornalistas no período.

A análise permitiu verificar certa pluralidade de pontos de vista nas informações colhidas junto às comissões da verdade, revelando-as como fontes não estritamente oficiais, embora assim tenham sido essencialmente consideradas pela cobertura jornalística. Além de se pronunciarem em nome do Estado, os integrantes das comissões se expressaram, não raro, também como quem testemunhou o período ou como *experts*. Isso se deve à composição das comissões, que tiveram entre seus integrantes pessoas que resistiram à repressão e testemunharam o processo autoritário, bem como pesquisadores especialistas no tema ditadura. Nesse caso, portanto, vozes não oficiais ganharam *status* de fonte oficial.

Essa convivência de modalidades diversas de fontes na imprensa brasileira durante a atuação da CNV abriu horizontes de significação sobre o período ditatorial. A oficialização das fontes (muitas vezes provenientes

de ambientes e funções não oficiais) que atuaram numa comissão com *status* de “política de Estado” autorizou e estimulou outras vozes de fontes testemunhais e especializadas até então desprezadas pelos veículos jornalísticos.

A exposição e confrontação dessas informações provenientes de fontes variadas quanto à sua relação com a temática, mas majoritariamente convergentes no modo de compor uma narrativa de abusos, transgressões e impunidade, fez silenciar algumas das vozes que tradicionalmente tiveram preponderância na narração dos momentos mais duros da história brasileira no século XX. Os porta-vozes das Forças Armadas brasileiras praticamente recusaram a prerrogativa de se pronunciar como fonte oficial na cobertura ao preferirem a estratégia da privação voluntária da palavra à disputa discursiva com outras fontes, oficiais e não oficiais, o que só não ocorreu em raríssimos momentos.

Embora seu caráter circunstancial as tornem uma espécie de fonte oficial não convencional, as comissões da verdade representaram efetivamente a inserção de uma nova voz nas narrativas. Por mais que se tenha valorizado o discurso oficial, abriu-se espaço, ao menos durante a vigência dos trabalhos de investigação, à disseminação de variantes na produção de conteúdo jornalístico sobre a ditadura.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BRITTO, P. Justiça de transição priorizou indenizações, mas não a reconciliação, diz historiadora. *Folha de S. Paulo*, 2 jul. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1304812-justica-de-transicao-priorizou-indenizacoes-mas-nao-a-reconciliacao-diz-historiadora.shtml>. Acesso em: 8 dez. 2014.
- GANS, H. *Deciding what news is: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Northwestern University Press, 1979.
- HANSEN, A.; COTTLE, S.; NEGRINE, R.; NEWBOLD, C. *Mass communication research methods*. Nova York: New York University Press, 1998.
- KRIPPENDORFF, K. *Metodología de análisis de contenido*. Barcelona: Paidós, 1990.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MESQUITA, Flávio Agnelli. *As fontes jornalísticas no Caso Dossê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital*. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2008.

NICOLETTI, J. 50 anos após o golpe militar, presas de SC relatam tortura e detenção. *G1*, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/03/50-anos-apos-o-golpe-militar-presas-de-sc-relatam-tortura-e-detencao.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade 2*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, v. 14, n. 1-2, p. 277-294, 2000.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo. v. II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, G. *Making news: a study in the construction of reality*. Nova York: The Free Press, 1978.

Sobre as autoras

Fernanda Nalon Sanglard – Jornalista, MBA em Marketing, mestre e doutora em Comunicação. Atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG).

Teresa Cristina da Costa Neves – Mestre em Comunicação e Cultura, doutora em Estudos Literários e professora associada do Departamento de Fundamentos, Teorias e Contextos da Faculdade de Comunicação da UFJF.

Data de submissão: 08/08/2018

Data de aceite: 11/02/2019